

Recebido: 07-10-2022

Aceito: 20-01-2023

Experiência Biblioteconômica Sobre a Transformação Social: relato sobre o Curso Direitos Humanos e os remédios da alma

Marcelo Calderari Miguel¹

Resumo: A Biblioteconomia é uma área cativante e motivadora de conhecimento. Isso se justifica por diversos motivos: a missão bibliotecária visa envolver a competência em informação para públicos em vulnerabilidade social, a busca por uma formação continuada, as maneiras de democratizar o acesso à informação que frisam que a pessoa bibliotecária se insere na cultura do privilégio. Merece destaque o fato de que o fazer profissional biblioteconômico perpassa todas as demais áreas do conhecimento, colaborando na organização e disseminação das informações produzidas em quaisquer campos científicos, o que viabiliza, naturalmente, a aquisição de conhecimentos variados por parte do bibliotecário. A partir dessa afirmação, este artigo relata a participação do bibliotecário no curso de ‘Direitos Humanos para Transformação Social’. Discorre que profissionais da área de ciências sociais aplicadas encontram boas oportunidades ao se especializar nesse campo. Ao final, se atestam as contribuições da experiência, mencionando os benefícios alcançados na construção de uma linguagem mais humanizada – o homem transmite essa linguagem, cria sentido, comunica, prospectando a construção da paz e a defesa da vida nas comunidades.

Palavras-chave: Prática profissional. Direito Humano. Agenda 2030. Bibliotecário. Direito à Informação. Informação e memória.

1 INTRODUÇÃO

Construir a vivência profissional e pessoal com talento representa um longo processo, permeado por um conjunto de atividades, decisões complexas e sociabilidades. O percorrer das trilhas da educação continuada, do desenvolvimento profissional e a aprendizagem ao longo da vida é um processo educacional, que é um componente essencial para sucesso das pessoas e das instituições.

O encontro desses profissionais traz à pauta fatores influentes para se pensar a biblioteconomia como esferas sociais e dinâmicas. É bem evidente que o bibliotecário engajado nessa missão tem um campo de atuação amplo. É claro que outros fatores também

¹ Bibliotecário e Administrador pela Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFES) - Linha 2 - Memória, Representação e Informação; Especialista em Educação Científica pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) | Membro do Grupo de Pesquisa (CNPq - DGP Reg. Nº: 8448/2017) Tabularium - Políticas de Arquivos: Observatório no Estado do Espírito Santo; desenvolvendo estudos empíricos e teóricos quanto à política, gestão, memória, patrimônio e preservação de documentos arquivísticos no Estado do Espírito Santo, nos variados suportes, nos arquivos públicos e privados. E-mail: marcelocalderari@gmail.com.



se manifestam, mas, de qualquer forma, defendemos a tese de que preservar o cunho liberal e humanista da profissão, fundamentado na liberdade de investigação científica e na dignidade da pessoa humana é o maior legado para o desenvolvimento e sucesso de um profissional.

Assim, o presente relato de experiência comunga da ideia de uma biblioteconomia social, crítica e progressista. A satisfação pode desencadear novas oportunidades para bibliotecários escolares, principalmente, provocando o aperfeiçoamento do indivíduo, na medida que ele busca ampliar seus conhecimentos e, para isso, a dedicação a capacitação é de fundamental importância e interfere, intensamente e diretamente na nossa prática como meio de formação humanística e humanização.

Diante desse painel é preciso desmistificar certos preconceitos a respeito de muitas profissões, sobretudo quanto a essa área da biblioteconomia que muito evoluíram nas últimas décadas e, que abundantemente podem contribuir para o desenvolvimento social da nação. Se de um lado as práticas bibliotecárias datam de tempos imemoriais, cotidianamente englobam a integração inter e multidisciplinar para se reinventarem diante dessas tecnologias que prosseguem. Assim, frisa a fala de Ortega Y Gasset (2006, p. 67) ao proferir que “[...] essa profissão [a Biblioteconomia] é uma das mais importantes que se pode imaginar”.

Nesse patamar, pode-se falar que a Biblioteconomia encanta mundos e sujeitos. Cativeira, principalmente àqueles que se colocam a serviço da disseminação da informação e geração de conhecimentos, no intento de materializar uma sociedade democrática e cidadã (ANNA, 2017). O pesquisador ainda cita que a serviço da sociedade, uma postura democrática, dialógica e pautada na pesquisa e consolidando práticas de ensinar aprendendo se erguem no âmbito da biblioteconomia.

A partir dessas considerações, este relato objetiva relatar as principais atividades observadas pelo bibliotecários escolares, que participaram do curso de Direitos Humanos para Transformação Social, no primeiro semestre de 2022. O conteúdo do treinamento foi desenvolvido pelo Ministério de Relações Exteriores da Noruega e o Conselho para Cooperação Internacional da Suécia. Assim, o material utilizado no curso foi produzido com ajuda de grupos em diversos países, tais como Egito, Quirguistão, Jordânia, Tanzânia, Índia, Sri Lanka e Nigéria, além de países europeus onde se aborda o paradigma internacional de Direitos Humanos da ONU. Vejamos a seguir algumas práticas e momentos trilhados no decorrer dessa trajetória de aprendizagens mútua - num processo construído e reconstruído continuamente.

2 UM BREVE DISCURSO TEÓRICO

A aprendizagem não se inicia com a formação dentro da academia de ensino superior e em espaço de Educação formal. Ao contrário, a aprendizagem é iniciada na socialização primária/secundária, perpassando toda a vida universitária e profissional, considerando a necessidade de educação continuada demandada pelo mercado de trabalho da atualidade (REAL *et al.*, 2017).

Sendo assim, Freire (2006) corrobora ao apontar que a interação entre o fazer docente e o aperfeiçoamento profissional, como também defende a necessidade de reconhecimento acerca dos papéis exercidos por discentes /docentes, ao situar três pilares imprescindíveis que devem sustentar a prática docente, que são: 1 - consciência de si e do outro; 2 - a corporificação do “eu social” (ser democrático); e 3 - a instrumentalização do fazer profissional (conhecimento teórico-prático).

No contexto institucional sabe-se que, em nosso planeta, com a tecnologia cada vez mais reduzindo as distâncias e facilitando o acesso à informação/serviços. Por outro lado temo atores em nosso País e em todo o mundo que continuamente representam uma ameaça notadamente às pessoas mais humildes para que não usufruam dos direitos humanos básicos:

Estes são direitos universais que protegem indivíduos e grupos contra ações que possam interferir em suas liberdades e dignidade. Ou seja, [...] Uma das características dos direitos humanos é o seu caráter coletivo. É a alteridade influenciando as formas como se estabelecem as relações sociais entre povos de uma mesma cultura e também de maneira intercultural. Busca-se, por conseguinte, validar as garantias fundamentais humanas contra todo e qualquer tipo de violação [...]. Sempre que ocorrem atrocidades em escalas mundiais, como atos terroristas, chacinas ou mesmos crimes bárbaros que ganham grande comoção pública, os debates sobre os direitos humanos vêm à tona e, ganham ainda mais destaque. O tema ultrapassa, assim, os espaços acadêmicos e jurídicos alcançando as mais diferentes camadas populares. Romper com alguns mitos e preconceitos torna-se de suma importância, considerando a relevância dessa questão para o bem-estar comum. Afinal, reconhecer o seu valor é respeitar a diversidade e às diferentes configurações de modos de ser e de gestar a vida humana (SOUZA, 2019, p.1).

Ainda mais quanto às camadas mais pobres da sociedade da América Latina são profundamente afetadas. Nesse contexto, as bibliotecas, os arquivos e os museus tem um desafio natural e ‘remédios da alma’, porém, a escassez de recursos didático-pedagógicos, como cartazes e audiovisuais, causando limitação no fazer educativo, à semelhança do percebido nesta investigação. Nesse cenário tem grande importância a questão de documentar violações dos direitos humanos – portanto, é direito e dever de todo cidadão denunciar

violações aos direitos humanos. Isso vem ofertar melhorias no modo de agir (e transformar ou remediar) e na a forma de se pensar as políticas públicas.

As violações dos direitos humanos devem ser documentadas para se resolver processos de ocupação e conflitos em torno dos povos indígenas, dos negros, da migração e imigração, da desigualdade social e de diversas outras possibilidades que não se abre para a visibilidade das pessoas com deficiência, das populações em situação de rua, a vulnerabilidade das pessoas idosas, das pessoas em restrição de liberdade, da população LGBTQIA+, dos povos e comunidade tradicionais (ciganos, quilombolas, indígenas e outras comunidades) e das crianças e adolescentes. Assim, todos têm a ganhar.

3 MÉTODO DA PESQUISA

A experiência relatada neste texto refere-se a um relato de experiência, realizada por bibliotecários escolares, atuante como pesquisador na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV).

Trazer o tema Direitos Humanos para Transformação Social pode parecer capcioso, mas central, no atual momento político do Brasil, o país foi incluído em *ranking* de países onde a situação dos direitos humanos é considerada ‘preocupante’ e o Comitê de Direitos Humanos da ONU encaminhou alguns documentos com questões tenebrosas acerca de declarações, campanhas e violações aos direitos humanos governo Jair Bolsonaro. Nessa via, Braga e Milani (2019) notam que que bandeira dos direitos humanos é posta em situação de extrema vulnerabilidade.

Neste estudo, o interesse é compreender o desenvolvimento pessoal dos participantes, recontá-lo e reconstituí-lo, a ponto de identificar as experiências que o influenciaram. Por esse motivo, a narrativa na forma de história de vida e de formação foi a via que permitiu relatar a experiência, reconstruindo os sentidos, dá significado a temática da capacitação que converge em diálogos e conexões interdisciplinares. O fio condutor que estabelece, que sustenta a análise, perpassa por experiências acontecidas na formação e o significado que agora adquiriram para o narrador. Os trechos vivenciados e relatos são uma forma de autointerpretação, de compreensão e de expressão que levaram a uma compreensão de como deram sentido ao que fizeram (BOLÍVAR; DOMINGO; FERNÁNDEZ, 2001).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO: CONTEÚDOS ABORDADOS E ATIVIDADES

A sessão apresenta um relato de experiência, e tem como principal objetivo treinar os interagentes, capacitá-los para agirem em seus contextos locais no enfrentamento dos desafios socioeconômicos de suas regiões.

Consta que o curso aborda assuntos necessários à prática bibliotecária em unidades de informação, sejam elas físicas ou digitais. Especificamente, a capacitação viabiliza aos participantes a possibilidade de conhecerem as estratégias para documentar a violação aos direitos humanos. Destaca-se que um dos principais objetivos de um profissional da informação é contribuir no planejamento de recursos informacionais e mediar informações em todas as dimensões da vida e assim:

No nosso entendimento, a vida se reparte em quatro fases, vividas nos seguintes períodos: dos 0 aos 30 anos, 31 aos 60 anos, 61 aos 80 anos e a dos 81 aos 100 anos, esta última chamamos de “quarta idade”. Mas a vida não é só o corpo ou o espírito, ela pode ser pensada sob seis dimensões que seriam: “física” (corpo humano); “intelectual” (conhecimento); “emocional” (controle dos sentimentos); “social” (relação com o nosso exterior); “afetivo” (relação com as outras pessoas); e o “espiritual” (relação com as forças e energias sobrenaturais). Percebemos que estas dimensões atingem os seus ápices em diferentes momentos da nossa existência (NASCIMENTO; CULLETON, 2014, p. 1).

Assim, a documentação dos direitos humanos envolve a organização e disseminação da informação, tendo em vista, incorporada aos acervos das unidades de informação, os itens: matérias produzidas, relatos orais, imagens e outros tipos possíveis de recursos.

Isto envolve atividades realizadas no decurso da atuação como profissional ou não, as diversificadas os direitos de sujeitos e grupos socioculturais considerados diferentes do ponto de vista de suas características étnico-raciais, de gênero, orientação sexual, religiosas, entre outras, como apontam Fernandes e Candau (2022). E assim o grupo oportunizou possibilidade de pensar essas vivências, como dinâmicas em que os participantes dramatizaram situações em que ocorrem violações aos direitos humanos.

As práticas de mediação informacional tornavam-se mais dinâmicas e flexíveis no decorrer da capacitação, de modo a motivar os participantes a participarem das atividades, sentindo-se comprometido com a temática, ou seja, como dizia Freire (2006), tanto os discentes quanto o professor, são vistos como partícipes do processo de produção de conhecimento.

Sendo assim, foi solicitado aos participantes pensarem em palavras que sinalizem para a questão “o que precisamos para viver a vida feliz?”. Nessa dinâmica busco interpretar valores socialmente diferenciados para a visão da vida, realizando um exercício de alteridade (agir com empatia, respeito e tolerância). No momento posterior, foi aberto espaço para a escuta ativa – que é quando, durante o diálogo, quem ouve volta toda a atenção para o diálogo exclusivamente e, assim, mantém a conversa eficiente, possibilitando compreender todas as falas do outro colega sem interrupções.

O mediador da capacitação solicitou também a leitura de artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Essa atividade, dando sequência a anterior, sendo uma etapa transformadora para a concepção de um mundo melhor, alocamos a palavra sobre o que ‘precisamos para viver uma vida feliz’ em uma mesa que continha 30 folhas, da qual com um artigo da DUDH. Tudo (os *Post-it notes* as expressões da vida feliz) foi alocado nessas folhas da DUDH – o seja ela contempla nossos anseios e dessa forma foi elaborada com a participação e lutas de muitas pessoas e autoridades.

Não resta dúvida de que a leitura básica da DUDH representou uma das maiores exigências para reflexão de alocar nossos anseios, acompanhada também da leitura da reflexão e ligame entre os artigos expressos da DUDH. Como estratégia de motivação da leitura todos os trabalhos em grupos e roda de conversa, foram a estratégias para desenvolver a competência informacional nos participantes, além do espírito crítico em argumentar as ideias.

Assim, questões problematizadoras sobre as DUDH eram levantadas e os interagentes eram motivados a encontrar soluções práticas, no intuito de tornarem-se capacitados a tomar decisões, atividades afins atreladas ao *Brainstorm* (chuva de ideias) e ao empowerment (empoderamento) – a ação social de participar de debates que visam potencializar a conscientização civil sobre os direitos sociais e civis.

A relação letra da lei e a prática cotidiana, também foi essencial nessa capacitação, visto que seu objetivo é projetar a competência em informação. Para tanto, consolidou-se outras atividades envolvendo a classificação de frequência, amplitude e gravidade das violações. Assim, se a vida feliz é uma questão de identidade, observa-se que violar direitos também é violar a identidade de alguém – formas de preconceitos e discriminação, expressam

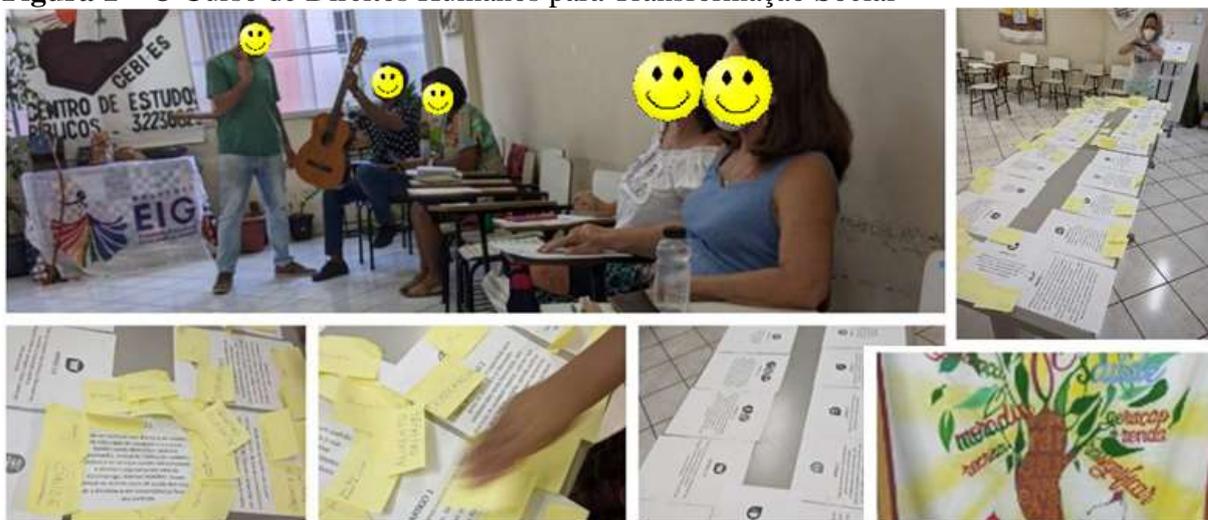
bem essa esfera em que se priva alguém de sua felicidade, pode-se atribuir a essas práticas o senso de violência.

Visando aprimorar as atividades práticas, com vista a visualizar na prática os processos recomendados pela DUDH na concretização no âmbito real, debateu-se a necessidade de notificar as violações aos direitos humanos – a matriz de violação estabelece três interfaces que são: i) preconceitos, ii) privações, e iii) violências. O registro paralelo situa a frequência, campo e gravidade.

Em síntese, mostrou-se que no Brasil o debate dos DUDH foi tardio tanto na participação como na adoção, afinal o país vivenciou o regime militar (1 de abril de 1964 e que durou até 15 de março de 1985, sob comando de sucessivos governos militares) sem quaisquer aberturas aos debates dos direitos, e assim totalmente excluído do cenário global, se projeta (e introjeta), avançados nas concepções de humanidade.

Logo, a capacitação seria sustentada pelo diálogo, pelo compartilhamento de informações e pelo respeito, consolidando uma prática democrática como ensinado por Freire (2006). Arelado a isso, os interagentes realizaram atividades coletiva (em grupos), e os resultados e reflexões foram socializadas no salão do Cebi – ES (centro de Vitória), por meio de rodas de conversa como forma de interação.

Figura 1 – O Curso de Direitos Humanos para Transformação Social



FONTE: os autores, Vitória, Cebi-ES, sábado 25 jun. 2022.

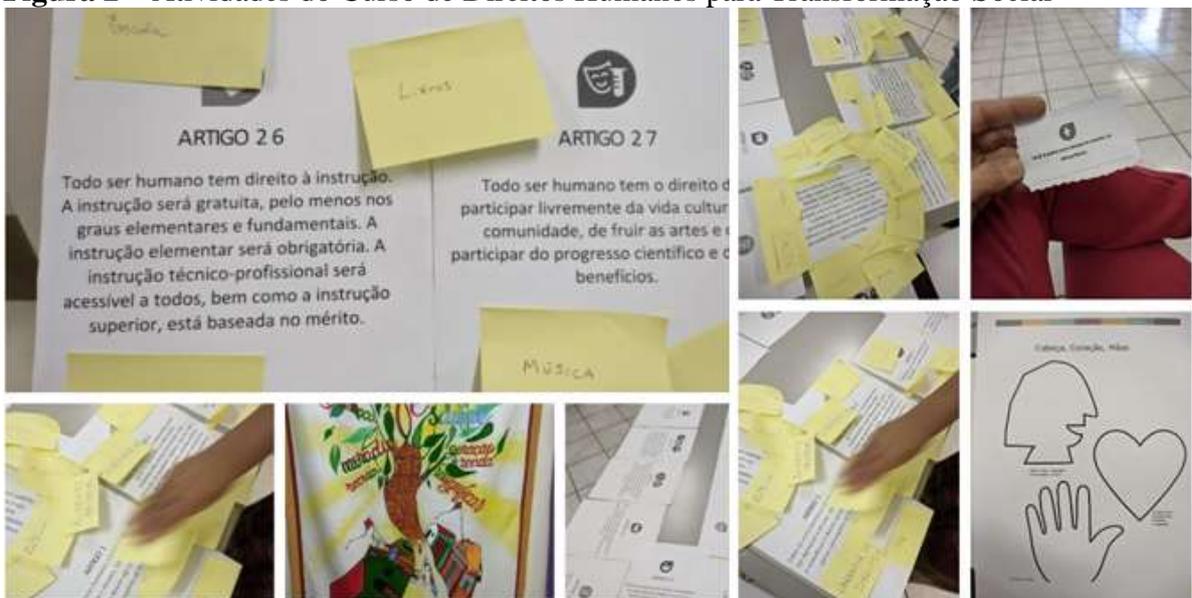
Em virtude desse intercâmbio entre participantes e mediado pelo (professor da Faculdade Unida de Vitória), o curso de capacitação mostra que aprender é buscar o ensino contínuo, e reprocurá-lo. Assim, Freire (2006, p. 15) alegou é ensino “porque busco, porque

indaguei, porque indago e me indago. Pesquisa para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquisa para conhecer e o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade”.

No caso específico da experiência aqui relatada, para que as atividades oferecidas pela capacitação alcançassem o objetivo maior, que era proporcionar a fluidez de ideias, além de despertar para a prática da pesquisa, compartilhamento de informações e autorreflexão, em consonância com a realidade que cerceia os DUDH. Assim, é importante destacar, que a prática de mediação da informação no curso de capacitação foi diversificada, de um modo geral estiveram pautadas no método estabelecido por Freire (2006, p. 67), haja vista desenvolver uma prática educativa conduzida pelo diálogo e pela aprendizagem compartilhada, posto que a educação “dos novos tempos deve ser comprometidora e libertadora”.

Todavia, atrelado a essas atividades, outros debates e conversas foram realizados, por conseguinte, outros recursos também foram utilizados, com destaque especial para as leituras, compartilhamento de fotos, diálogos nas redes sociais para mostrar que a DUDH não é uma utopia e nem é uma dimensão incipiente da vida, mas algo que é criado, organizado e multipolarizado por tecnologias de poder.

Figura 2 – Atividades do Curso de Direitos Humanos para Transformação Social



FONTE: os autores, Vitória, Cebi-ES, sábado 25 jun. 2022.

Destarte, em consonância com o relato de Anna (2017, p.) também podemos “ênfatizar que, o desenvolvimento de capacidades e habilidades de pensar e aprender estruturados dentro de um ambiente adequado é necessário para promover mudanças e inovações, levando a uma melhoria significativa” dentro e fora das paredes corporativas.

Em um contexto de educação democrática, o bibliotecário precisa analisar as circunstâncias de cada ambiência, e com base em uma medida estratégica, contínua e segura deve assegurar a melhoria de serviços e das unidades de informação em prol da cidadania, do DUDH e do direito à informação e a liberdade de informação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto relata a participação de bibliotecários escolares na Capacitação em Direitos Humanos, considerando o contexto ou circunstâncias a que se manifestou, a experiência de participar do Curso para Transformação Social, uma ação promovida pela Faculdade Unida do município Vitória e tem o objetivo de capacitar os agentes sociais para agirem, dentro de suas realidades locais, no enfrentamento dos desafios socioeconômicos da sociedade brasileira contemporânea.

Os conteúdos abordados e as atividades de mediação envolvem a defesa dos direitos humanos e dos princípios cristãos. Optou-se por utilizar, ao longo do curso compartilhamento de informações e motivando os participantes para ação, além de desenvolver conteúdos para autorreflexão e crítica da realidade, de modo a interferir na postura do profissional frente ao mercado de trabalho.

Por meio desse método, percebeu-se, ao final do curso de capacitação, a satisfação de demais participantes em desenvolver as atividades propostas, como também observou o engajamento com as atividades investigativas, aumento da capacidade inovadora, argumentativa e decisória, fato esse que confirmou a importância das práticas de mediação da informação na formação pessoal dos sujeitos envolvidos.

Como prova dos esforços despendidos no Centro de Estudos Bíblicos do Espírito Santo ocorreu um momento de confraternização expandindo o debate sobre a ‘transformação social’ do DUDH, e na hora do cafezinho, podemos comentar as questões dos DUDH como um debate necessário e urgente a Ciência da Informação. No que tange ao aprendizado sobre DUDH adquirido pelos interagentes, constatou-se a ampliação de conhecimento, uma vez que o método utilizado pautou-se nas propostas freireanas, em que o conhecimento deve ser

socializado de forma dialógica, integrada, democrática e recíproca. A relação dialógica firmada com o mediador e os outros participantes permitiu a (re)construção de valores e de opiniões por parte do conhecimento prévio da Carta Magna do Brasil e da Resolução CFB nº 207/2018, que aprova o Novo Código de Ética e Deontologia da(o) Bibliotecária(o) brasileira(o).

Além desses pontos positivos para a formação contínua para a vida, percebeu-se, também, que o curso de capacitação apresenta valor para se pensar à missão do bibliotecário. Evidenciou-se que o conhecimento adquirido coletivamente contribuiu no desenvolvimento pessoal e comunitário, frisando que as violações dos direitos humanos devem ser documentadas.

REFERÊNCIAS

ANNA, Jorge Santa. O encanto pela biblioteconomia: relato de experiência de docência voluntária. **Biblionline**, v. 13, n. 4, p. 90-99, 2017. DOI: 10.22478/ufpb.1809-4775.2017v13n4.37157. Acesso em: 24 jul. 2022.

BOLÍVAR, Antonio; DOMINGO, Jesús; FERNÁNDEZ, Manuel. **La investigación biográfico-narrativa en educación: enfoque y metodología**. Madri: La Muralla, 2001. 323 p.

BRAGA, Paulo de Rezende Saturnino; MILANI, Carlos Roberto Sanchez. Direitos humanos e política externa no Brasil e na África do Sul: o mito da democracia racial, o apartheid e as narrativas da redemocratização. *Revista Brasileira de Ciência Política*, [S. l.], n. 29, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/27535>. Acesso em: 7 out. 2022.

FERNANDES, Yrama; CANDAU, Vera. Direitos Humanos, Diferenças E Educação: desafios para o cotidiano escolar. **Momento - Diálogos em Educação**, [S. l.], v. 31, n. 01, p. 40–56, 2022. DOI: 10.14295/momento.v31i01.13436. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/13436>. Acesso em: 24 jul. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

NASCIMENTO, Luis Felipe Machado do; CULLETON, Alfredo Santiago. **As fases e as dimensões da vida**. Lia, mas não escrevia: contos, crônicas e poesias [recurso eletrônico]. Porto Alegre: UFRGS,[2014]. p. 158-161, 2014.

ORTEGA Y GASSET, José. **Missão do bibliotecário**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

REAL, Juliana de Oliveira Villa et al. Desenvolvimento da Carreira: Responsabilidade da organização ou responsabilidade do indivíduo? 2017. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.ph>. Acesso em: 24 jul. 2022.

SOUZA, Mayk. **Por Que Os Direitos Humanos São Importantes?** Plataforma digital Mídia 4P: coletivo de Entidades Negras – CEN, Salvador, out. 2019. Disponível em: <https://midia4p.cartacapital.com.br/por-que-direitos-humanos-sao-importantes/>. Acesso em: 24 jul. 2022.

Librarianship Experience About Social Transformation: report on the Human Rights Course and the remedies of the soul

Abstract: Librarianship is a captivating and motivating area of knowledge. This is justified for several reasons: the librarian mission aims to involve competence in information for publics in social vulnerability, the search for continued education, ways to democratize access to information that emphasize that the librarian is part of the culture of privilege. It is worth mentioning the fact that professional librarianship permeates all other areas of knowledge, collaborating in the organization and dissemination of information produced in any scientific field, which naturally enables the librarian to acquire varied knowledge. Based on this statement, this article reports the librarian's participation in the 'Human Rights for Social Transformation' course. It argues that professionals in the field of applied social sciences find good opportunities to specialize in this field. In the end, the contributions of the experience are attested, mentioning the benefits achieved in the construction of a more humanized language - man transmits this language, creates meaning, communicates, prospecting the construction of peace and the defense of life in communities.

Keywords: Professional practice. Human Right. Agenda 2030. Librarian. Right to Information. Information and memory.